COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 5393 , DE 2005

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

Altera a Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, o Decreto - Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, o Decreto - Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 e dá outras providências.

I – RELATÓRIO

Apresentamos esta complementação de voto para resolver a longa discussão sobre a possibilidade ou não da concessão do Vale-Transporte em espécie, bem como para atribuir aos sindicatos a prerrogativa de negociar a concessão do benefício em dinheiro com os empregadores e empregados, atendendo a conveniência de cada categoria profissional, por meio de alterações na redação do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, alterado pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 5.393, de 2005, do Deputado Mário Negromonte.

Para atualizar a atual nomenclatura do Ministério do Trabalho e Emprego, alteramos ainda a redação do art. 631, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, modificado pelo art. 2º do projeto de lei em exame.

II – VOTO

Desse modo, votamos pela aprovação, no mérito, do Projeto de Lei nº 5.393, de 2005, mediante o substitutivo alterado que ora apresentamos em anexo.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2008.

Deputado MILTON MONTI
Relator

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5393 , DE 2005

Altera a Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, o Decreto - Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, o Decreto - Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º.....

Parágrafo único. É vedado ao empregador substituir o Vale-Transporte, por dinheiro ou qualquer outra forma de pagamento, **salvo quando previsto em convenção ou acordo coletivo.**

Art. 4º.....

§ 1º O empregador participará dos gastos de deslocamento do trabalhador com a ajuda de custo equivalente à parcela que exceder 6% (seis por cento) do seu salário integral, incluindo comissões, gratificações ou outros valores adicionais de qualquer natureza.

§ 2º A inobservância no cumprimento do presente dispositivo está sujeito as sanções previstas no Título VII do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Art. 5º.....

§ 4º A fabricação, comercialização e distribuição do Vale-Transporte sem a devida autorização do poder público, constitui crime previsto no Art. 171 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1.940.”

Art. 2º Os artigos 12 e 631 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passam a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 12. As normas referentes ao regime do seguro social e do Vale-Transporte são objeto de lei especial.

Parágrafo único. Aplicam-se as sanções previstas no Título VII deste decreto na inobservância da concessão do Vale-Transporte ao trabalhador.

.....

Art. 631. Qualquer funcionário público federal, estadual ou municipal, representante legal de associação sindical ou pessoa jurídica responsável pelo gerenciamento e distribuição do Vale-Transporte, deverá comunicar à autoridade competente do Ministério do Trabalho e Emprego, as infrações que verificar.”

Art. 3º O art. 171 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, passa a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 171.

.....

VII – fabricar, comprar, comercializar, distribuir, permutar e receber, a qualquer título, sem a devida delegação do poder público, órgão de gerência ou empresa privada operadora do sistema de transporte público, bem como fraudar por qualquer meio, o Vale-Transporte, instituído pela Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985.”

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogados as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2.008

Deputado MILTON MONTI
Relator